



O blecaute e o Febeapá

A idéia parece ser a de que ter um sistema elétrico do porte do brasileiro funcionando é perfeitamente normal e que qualquer defeito é um erro inaceitável, mas evidentemente nada funciona perfeita e eternamente.

**Luiz Fernando Leone Vianna, da Apine,
Artigos e Entrevistas**

18/11/2009

Foi com seu Festival de Besteira que Assola o País, o Febeapá, lançado em plena vigência da "Redentora", apelido do regime militar de 1964, que Sérgio Porto, cujo pseudônimo era Stanislaw Ponte Preta, alcançou seu grande sucesso literário. Ele afirmava ser difícil precisar o dia em que as besteiras começaram a assolar o Brasil. Falecido em 1968, o saudoso Stanislaw não teve oportunidade de descobrir que o FEBEAPÁ, ao menos nas questões ligadas ao setor elétrico brasileiro, perdura até hoje.

Quando as luzes se apagaram para significativa parcela da população brasileira na noite de 11 de novembro, com repercussão mundial, os "especialistas" entraram em ação e verificou-se que o Febeapá está atualíssimo e com força total. Há pouco tempo publiquei um artigo sobre esses "especialistas" do setor elétrico, que surgem não se sabe de onde, especialmente quando fatos notórios afligem o setor.

Esses "especialistas" tiveram um prato cheio no blecaute, e os maiores absurdos em termos de técnica e bom senso ocuparam os meios de comunicação.

Pelas poucas informações que temos, o fato ocorrido foi a perda total da geração da Usina Hidrelétrica Itaipu, que na hora da ocorrência estava a plena carga (ou próxima a esse patamar) e foi isolada do sistema interligado nacional (SIN) pelo desligamento das três linhas de transmissão em corrente alternada e duas linhas em corrente contínua – são elas que interligam a usina binacional ao SIN. Não ocorreu, por algum motivo, o ilhamento do problema, o que preservaria o sistema, o qual foi gradativamente "derrubado" como peças de dominó.

O interessante é que, a partir dessas esparsas informações, os "especialistas" dispararam o falatório, com análises rápidas, "completas" e



"conclusivas" sobre a ocorrência. Falou-se de tudo, desde a falta de investimentos no sistema de transmissão e geração até supostas "barbeiragens" por parte do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com menções de que usinas termelétricas deveriam estar operando (às favas a modicidade tarifária!), que a recuperação do sistema tinha sido lenta (em relação ao quê?), que a ocorrência tinha relacionamento com o racionamento de energia de 2001/2002 (mix de apagão com blecaute!), que a causa do evento foi o mercado livre de energia (mistura-se o que os ingleses chamam de technical ou physical layer com institutional layer, ou seja, aspectos técnicos, físicos, com aspectos institucionais), que o sistema elétrico brasileiro é frágil e demasiadamente interligado (sic) etc.

Blecautes em pleno século XXI, em que o insumo energia elétrica passou a ser fundamental e essencial não é um "privilégio" do Brasil, que nos últimos anos, além do recente blecaute, teve problemas em 1999 (desligamento de quatro horas que atingiu dez estados e o Distrito Federal), em 2005 (ocorrência de blecaute que atingiu o estado do Rio de Janeiro) e em 2007 (o Espírito Santo foi afetado). No mundo os blecautes atingiram, nos últimos anos, milhões de pessoas nos Estados Unidos, Canadá e Europa. O maior dos blecautes recentes, entretanto, aconteceu em 2005, na Indonésia, quando 100 milhões de pessoas ficaram até 12 horas sem energia. Nos Estados Unidos, destacou-se o blecaute de 2003, apontado pela imprensa norte-americana como o maior da história, quando cerca de 50 milhões de pessoas foram afetadas pelo desligamento que atingiu o nordeste e parte do Canadá - as cidades de Nova York, Detroit, Cleveland e Toronto ficaram às escuras e a energia foi totalmente restaurada somente após dois dias.

Alimentando o Febeapá, talvez a mais absurda das afirmações dos "especialistas" tenha sido que a falta de investimentos no setor elétrico foi a causa do blecaute. Ora, o que ocorreu foi o exatamente o oposto. Empresas privadas e estatais investiram, e muito, ao longo dos últimos anos. O sistema de transmissão, por exemplo, tem sido expandido a uma taxa média acima da evolução da demanda e da potência instalada de geração, tendo sido eliminado um passivo histórico de investimentos e gargalos de transporte de energia elétrica, tanto internos aos submercados como nas próprias interligações, resultando em aumentos consideráveis da capacidade de intercâmbio entre essas áreas.

Além disso, a evolução percebida pelos usuários do sistema de transmissão, por si só, comprova os investimentos havidos, pois a receita anual permitida das empresas de transmissão de energia teve aumento real, nos últimos dez anos, descontado o IGPM, de cerca de 200%. Os investimentos realizados no sistema permitem - e o Ministério de Minas e Energia estuda com profundidade a questão - a reestruturação dos submercados, com a redução dos atuais quatro para dois, a saber, Sul/Sudeste/Centro-Oeste e Norte/Nordeste. Isto trará grandes benefícios para o mercado livre, possibilitando maior competição e o provimento de energia à indústria a preços módicos.



No que se refere a geração, os leilões realizados a partir de 2005 possibilitam o abastecimento atual e nos próximos anos - embora, por falta de inventários de rios e por dificuldades de licenciamento ambiental, a energia proveniente de empreendimentos hidrelétricos, vocação natural do País, não tenha participado nos leilões com a intensidade desejada. Dos 14.463 MW médios contratados, a maior parte (10.431 MW médios, 72%) foi de usinas termelétricas a carvão mineral, gás e óleo, um pequeno percentual (663 MW médios, 4,58%) de usinas a biomassa, restando para as hidrelétricas reduzidos 3.369 MW médios (23,29%). A exceção à regra está nos bem sucedidos leilões específicos realizados para as usinas do rio Madeira (Santo Antonio e Jirau) com energias asseguradas de 2.218 e 1.975 MW médios, respectivamente. Nestes, o governo apostou todas as fichas e colocou sua força para obtenção da licença ambiental e para contornar os inúmeros obstáculos surgidos.

Não importa o quão bem o sistema de transmissão seja desenhado, construído, operado e mantido, ele é apenas um conjunto de componentes estáticos e dinâmicos, num mundo de possibilidades de falhas técnicas, acidentes e erros humanos ocasionais. A idéia parece ser a de que ter um sistema elétrico do porte do brasileiro funcionando é perfeitamente normal e que qualquer defeito é um erro inaceitável, mas evidentemente nada funciona perfeita e eternamente. Mal o blecaute terminou, começou a "caça às bruxas" para identificar o responsável, mas esqueceu-se que o correto é coletar os registros do sistema, entrevistar os técnicos que estavam operando as unidades e o sistema na hora da ocorrência, analisar as possíveis causas da falha ou defeito e atuar preventivamente para que não se repitam. Este é o procedimento que o ONS, que após a ocorrência restabeleceu prontamente o sistema - tarefa hercúlea, dado o porte do sistema elétrico brasileiro -, está tomando e que virá ao encontro da necessidade de aprimoramento e confiabilidade do sistema elétrico brasileiro.

Luiz Fernando Leone Vianna é presidente do conselho de administração da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica.